

A relação entre baixa produtividade industrial e longas jornadas de trabalho no Estado de São Paulo

Lucas Noronha Guanaes ¹

Carlos Raul Etulain ²

Resumo

Este trabalho busca investigar o fenômeno das longas jornadas de trabalho e baixa produtividade na indústria do Estado de São Paulo comparado a outros países. Para isso, serão correlacionados fatores estruturais das empresas industriais paulistas (tais quais sofisticação administrativa, pesquisa e desenvolvimento e qualidade das operações) com características educacionais do trabalhador (Anos estudados e qualidade da educação).

Palavras-chave: Estado de São Paulo. Jornadas de Trabalho. Produtividade

¹ Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas. Limeira, SP, Brasil. E-mail: lucasguanaes@gmail.com.

² Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Laboratório de Economia e Gestão. Limeira, SP, Brasil. E-mail: carlos.etulain@fca.unicamp.br.

Introdução

São Paulo possui notória importância na economia brasileira. O PIB paulista, que alcançou cerca de R\$1,86 trilhões em 2014, representa quase o triplo do segundo colocado entre os Estados da federação (o estado do Rio de Janeiro, com cerca de 671 bilhões) e é responsável por quase um terço do PIB nacional (IBGE, 2017). Deste PIB, 76,23% representam o valor adicionado pelos serviços, 22,01% pela indústria e, por último, 1,76% advindos da agropecuária. Apesar da baixa proporcionalidade do valor industrial, o valor agregado é estimado em cerca de R\$ 342 bilhões, o que equivale a aproximadamente metade do PIB total do Rio de Janeiro.

Quanto à representatividade setorial dos empregos, há uma supremacia dos serviços (com 54,5% dos postos de trabalho do Estado), tendo a indústria como representante de 18,36% das carteiras assinadas, proporção similar às do comércio (19,78%). O restante se divide entre agropecuária (2,4%) e construção civil (4,96%). Há uma diferença notável quanto à média salarial destes empregos por setor. Enquanto a média da agropecuária é de R\$ 1.785,00 (em comparação a R\$ 3.164,58 do setor de serviços, R\$ 2.499,15 da construção civil, R\$ 2.237,39 da média total do Estado) e a maior média salarial é a da indústria, com R\$ 3.468,54 mensais.

Esta alta média do salário industrial, no entanto, é constituída de rendimentos altamente heterogêneos. O operador industrial médio paulista, segundo o FIPE (2017), auferia aproximadamente R\$ 1.677,00 por mês, dado coerente com a faixa de salário horária estimada para o trabalhador industrial brasileiro pelo Euromonitor, em US\$ 2,70 (cerca de R\$ 8,40), o que equivale a aproximadamente R\$ 1.584,00 mensais, considerando a carga horária prevista na CLT de 44 horas semanais. Se comparado com o salário médio da gerência (R\$ 6.135,00) e da diretoria executiva (R\$ 24.410,00), é possível notar a desigualdade.

O trabalhador industrial paulista possui, além do baixo rendimento horário, baixa escolaridade, se comparado aos países da OCDE. Segundo dados da FIESP (2015), estima-se que, em São Paulo, 26% dos trabalhadores não completaram o ensino médio (contra 22,35% da OCDE), 51,96% de pessoas completaram até o ensino médio (em relação a 43,14% da OCDE) e 21,74% de pessoas com qualificações superiores (em relação a 34,97% da média da organização). Isto resulta em uma média de anos de estudo do trabalhador industrial paulista de 11,59 anos, ligeiramente maior do que a média paulista total dos trabalhadores de 10,96 anos. Na OCDE, a média geral é de 11,40 anos estudados.

Apesar de, em termos quantitativos, São Paulo não estar muito aquém da média mundial, a educação paulista é reconhecida internacionalmente por sua baixa qualidade. O referencial utilizado foi o PISA (*Programme for International Student Assessment*), teste que mede o nível educacional das regiões. Os dados regionais de São Paulo (divulgados pelo INEP, 2015) situam o desempenho dos alunos como muito abaixo da média da OCDE. Em ciências, a pontuação paulista média foi de 409 (contra 493 da OCDE). Em leitura, o Estado de São Paulo marcou 417 pontos, em relação à média de 493 da OCDE. Em matemática, o corpo discente de São Paulo mostra sua pior deficiência: 386 pontos em média, distantes dos 490 da OCDE (OCDE, 2016). É possível inferir, portanto, que o trabalhador industrial do Estado está exposto a um contexto de baixa qualificação formal, causado por uma aderência ao ensino abaixo da média, pouca qualidade e baixos salários.

Discussão

A indústria paulista dispense parcela relativamente pequena do seu PIB com inovação tecnológica. Segundo dados da Pintec (2014), o investimento paulista industrial em P&D, estimado em aproximadamente R\$ 8,8 bilhões, equivalente a 2,14%. Se comparado à OCDE, o gasto orçamentário com P&D das indústrias relativo ao PIB industrial chega a aproximadamente 11,24%, quase cinco vezes a porção de São Paulo. Aliado a este contexto de baixo dispêndio com tecnologia, o *Global Competitiveness Index* (GCI), do Fórum Econômico Mundial, sugere que o Brasil possui baixos índices de Sofisticação dos Negócios (*Business Sophistication*), o pilar da competitividade que mede a qualidade das operações e estratégias das empresas, assim como a qualidade das redes de negócios (GCI, 2017).

No aspecto da sofisticação dos negócios, o Brasil, de 138 países analisados, é o 63º, com nota 4,0 de um máximo de 7,0. Nos índices específicos, o Brasil está na 89ª posição quanto à eficácia dos *boards* corporativos (nota 4,7/7,0), 131ª quanto ao comportamento ético das firmas, (nota 2,8/7,0) e 64ª em transparência empresarial (nota 4,4/7,0). Quanto à confiabilidade da gestão profissional (índice que mede o nepotismo e a percepção da meritocracia nas empresas), o Brasil é o 60º, com nota 4,5/7,0 (GCI, 2017). Além destes indicadores desfavoráveis, o índice de sofisticação de negócios vem decrescendo firmemente, de 4,54 em 2011 para 4,01 em 2016. Este decréscimo constante, assim como dos indicadores associados ao perfil administrativo das corporações brasileiras, sugere uma gestão empresarial prevaricada e sem perspectiva imediata de melhora estrutural (GCI, 2017).

Este despreparo administrativo é também aludido por Ana Freitas, juíza do trabalho do TRT (FREITAS, 2016). A partir da quantidade e da natureza das ações que tramitam na Justiça do Trabalho, a juíza sugere que a imposição de metas inatingíveis, a exposição de trabalhadores a situações vexatórias e a desorganização do ambiente de trabalho são responsáveis pela ineficiência produtiva e pela grande quantidade de acidentes de trabalho. Para Freitas (2016), esse é o principal motivo pelo qual o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de acidentes de trabalho da OIT, sendo 53,9% dos casos na região Sudeste.

Esta quantidade de acidentes causa custos primários com a reposição, absenteísmo e custos previdenciários (estimados em R\$ 98,5 milhões em 2015), além de custos secundários, como perda de produtividade. Este contexto resulta em uma baixa produtividade generalizada, com uma média de produtividade horária paulista de US\$ 19,81 (cálculo próprio a partir de dados do Censo 2010/IBGE e da metodologia da OCDE - 2016). Isto significa que São Paulo possui uma produtividade muito aquém da média da OCDE, de US\$ 46,77 (OCDE, 2016). São Paulo tem uma produtividade similar à do México, de US\$ 18,48/hora.

Considerações finais

Há uma correlação inversa entre jornadas longas de trabalho e produtividade. Se forem comparados os países mais e menos produtivos quanto a esta variável, teremos o resultado apresentado Tabela 1.

Tabela 1 – Comparação entre jornadas de trabalho e produtividade

País	PIB por Hora (Dólares)	Horas Trabalhadas/Ano	Horas Semanais (48 semanas/ano)
Menores Jornadas			
Alemanha	58,98	1.371	28,56
Holanda	61,50	1.419	29,56
Noruega	78,65	1.424	29,66
Dinamarca	63,07	1.457	30,35
França	61,55	1.482	30,88
Média	64,75	1.430,6	29,80
Maiores Jornadas			
México	18,48	2.246	46,79
Costa Rica	15,63	2.230	46,45
Grécia	31,32	2.042	42,54
Chile	23,54	1.988	41,41
Coreia	31,77	2.113	44,02
Média	24,15	2.123,8	44,25

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados da OCDE (2016) e IBGE (2017).

A jornada de São Paulo tem uma média de 42,57 horas semanais para o trabalhador industrial, similar à da Grécia. A produtividade por hora do trabalhador industrial é de cerca de US\$ 24,81, similar à do Chile. Estes dados não ferem a relação entre jornadas longas e produtividades baixas. Para Lee *et al.* (2009), este fenômeno pode ser explicado pela tentativa de compensação do déficit estrutural de produtividade, advindo da baixa tecnologia, sofisticação administrativa e qualificação geral, entre outros fatores, com maior uso da mão de obra disponível. Em outras palavras, a produção industrial é apoiada largamente no tempo de uso da mão de obra ao invés de melhorias estruturais em seu uso. Os rankings internacionais de produtividade apontam para o pouco sucesso desta tática.

Em São Paulo, este fenômeno parece se repetir. O baixo salário por hora, combinado ao medo do desemprego (com presença estimada em 64,3% dos trabalhadores, segundo CNI, 2017) torna a hora do trabalhador disponível e relativamente barata. A necessidade de aumentar a produtividade de maneira imediata, combinada às falhas estruturais de sofisticação administrativa, inovação, tecnologia e qualificação dos empregados, compele o empregador a operar com jornadas longas, sacrificando a produtividade horária em prol de um aumento marginal e de curto prazo em sua produção.

Referências bibliográficas

- CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Medo do desemprego começa ano em queda**. 2017. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/medo-do-desemprego-satisfacao-com-a-vida/>. Acesso em: 15 maio 2017.
- FIESP. **Grau de Escolaridade**. 2015. Disponível em: [http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(zhqzrqiusfpomqz4xquyf2d5\)\)/DadosSocioEconomicos/GrauEscolaridade.aspx](http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(zhqzrqiusfpomqz4xquyf2d5))/DadosSocioEconomicos/GrauEscolaridade.aspx). Acesso em: 30 set. 2016.
- FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Salariômetro**. 2017. Disponível em: <http://www.salarios.org.br/#/salariometro>. Acesso em: 05 maio 2017.
- FREITAS, A. Saúde Mental dos Trabalhadores. Entrevistador: Marcelo Couto. **Revista Cipa**, n. 447, p. 26, 2016.
- GCI – GLOBAL COMPETITIVENESS INDEX. **Competitiveness Rankings**. 2017. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index/competitiveness-rankings/>. Acesso em: 15 maio 2017.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2016.
- INEP. **Brasil no PISA 2015** – Análises e Reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. Brasília: INEP, 2015.
- LEE, S.; MCCANN, D.; MESSENGER, J. C. **Duração do trabalho em todo o mundo: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

OCDE. **Adult education level (indicator)**. Paris: OCDE, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/36bce3fe-en>. Acesso em: 05 maio 2017.

PINTEC. **Pesquisa de Inovação 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

SCHWAB, K. **The Global Competitiveness Report 2016-2017**. Geneva: World Economic Forum, 2017.